

(RE)PENSANDO O PROTAGONISMO ORIGINÁRIO NA OBRA “FALAS DA TERRA, 2021”

Rafaela Oliveira Areal¹
Ana Laura de Moraes Uba e Barbosa²

FALAS DA TERRA. Direção: Antônia Prado. Brasil: Globoplay, 2021. (43 min.).

Vinte e um entrevistados autodeclarados indígenas compartilham suas trajetórias e sonhos no documentário “Falas da Terra”, 2021, financiado pela emissora Rede Globo. A produção conta com um grupo de profissionais renomados, com direção artística de Antonia Prado, produção indígena de Olinda Tupinambá e orientação de Ailton Krenak e Ziel Karapató. O roteiro de Malu Vergueiro busca, através do cinema, trazer poesia com as memórias e vistas do futuro dos vários corpos que formam nossa população indígena.

Com o objetivo bem sucedido de ampliar o conhecimento popular sobre os povos originários, somado à demanda da emissora de um perfil mais inclusivo e o movimento acentuado contra a PEC do Marco Temporal³ cada sujeito entrevistado contextualiza seu papel na atual luta dos Povos Originários, com toda sua pluralidade de origem e história do presente, afirmando conexão no movimento de visibilidade e ao mesmo tempo mostrado a multiplicidade de suas demandas e existências que formam uma luta multilateral e transtemporal. Ao estabelecer o discurso para além dos “guardiões da floresta” ou “anciões”, o documentário de Antônia Prado “Falas do Brasil” rompe o estereótipo étnico, incluindo também digitais influencers, médicos, entre outros sujeitos sociais modernos. Para o jornalista Oscar Valporto (2021), em reportagem digital

¹ Acadêmica do Curso de História na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Voluntária no Projeto de Extensão (RE)Pensa Humanidade: plataforma educacional à descolonização e suspensão desta humanidade, colaboradora do setor de Etnomídia. Email: rafaelaufop@gmail.com.

² Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Acadêmica de mestrado no Programa de Pós-graduação em História da Ufop (PPGHIS/Ufop). Coorientadora do Projeto de Extensão (RE)Pensa Humanidade: plataforma educacional à descolonização e suspensão desta humanidade. E-mail: analaurauba@me.com

³ A PEC do Marco Temporal de autoria de Homero Pereira (PR/MT), PL 490/2007, surgiu a partir da demanda do setor ruralista pelo uso das terras atribuídas aos povos originários na Constituição Brasileira de 1988. A PEC cumina na legitimização da violência às populações indígenas e restringe seus territórios.

analítica do documentário “Vai soar como um grito neste momento de violência verbal e institucional sistemática contra os povos originários, contra os povos indígenas”.

O resultado da produção foi fantástico, pois além de contar com protagonismos originários, levou a massa popular a acessar, ainda que minimamente, outra imagem de sujeitos autodeclarados indígenas no Brasil e suas pluralidades enquanto seres sociais, íntimos e coletivos, distanciados de serem apenas situados a partir do seu marco cultural, mas se destacando pelo desenvolvimento de suas performances de lideranças e, sobretudo, pelo sucesso em sua atuação profissional.

Além dos entrevistados, a produção audiovisual do longa de 43 minutos conta com o artista visual Ziel Karapató, a documentarista e jornalista Olinda Tupinambá, a cineasta Graciela Guarani e o cineasta Alberto Alvarez, todos autodeclarados indígenas. Apesar da direção artística, supervisão e roteiro estarem com a emissora, Krenak afirma que houve muito debate e uma participação ativa dos indígenas envolvidos. Esse debate foi imprescindível para a adesão de indígenas urbanos, que estão na faculdade, e ocupando espaços onde o senso comum ainda não acredita que os caiba.

O povo brasileiro ainda desconhece os povos originários do Brasil. São mais de trezentos povos com duzentas línguas distintas, dos quais o senso comum tem pouco ou nenhum acesso. O documentário “Falas do Brasil”, assim como outros realizados pela Rede Globo, como “Falas Negras” e “Falas Femininas”, abre caminhos à conscientização social, com mais diversidade, pois visibiliza produções que possuem preocupação com a realidade e vivências de sujeitos subalternizados. Ainda que superficial e em um horário não nobre, o acesso ao longa é livre nas redes digitais da Globo e merece destaque por ser histórico: “O mais importante é que teremos vozes indígenas, falando de temas indígenas, de um ponto de vista indígena: acho que isso é histórico mesmo” (SANCHEZ, 2019), aponta Fêtxawewe Tapuya Guajajara, universitário e personalidade indígena entrevistado no documentário.

TRAJETÓRIA DA IMAGÉTICA INDÍGENA E IMPORTÂNCIA DO AUDIOVISUAL

Quando refletimos a imagética do indígena brasileiro no então senso comum, é possível abordar grandes problematizações que majoritariamente se projetam ao sujeito indígena pela sociedade brasileira, organização científica “clássica” e projetos políticos nacionalistas.

Uma pesquisa⁴ realizada entre 1999 e 2005 pela professora Izabel Gobbi com os materiais didáticos do MEC constatou que as diretrizes curriculares enfatizam a participação do indígena no início da história do Brasil, sempre atrelada à chegada dos Portugueses e à docilização de seus corpos. Na teoria, o indígena brasileiro só existe na História do Brasil atrelado aos Portugueses. Para além do currículo escolar, o senso comum também não é capaz de formar um conhecimento genuíno sobre a temática. Trabalhos pictóricos realizados por Maria Victoria Granero em 1983 - revelam que, no imaginário das crianças brasileiras, os indígenas brasileiros se aproximam - fisicamente e culturalmente - com os da América do Norte, reforçando a homogeneidade desses grupos como se o sujeito "índio" fosse único em qualquer localização. Logo, o lugar-comum do "índio" é determinado pelo caráter "primitivo", ou "não-civilizado" de um povo. Na prática, os povos originários são detentores de um conhecimento já perdido pela civilização ocidental. Eles, com suas tradições, entendem a vida de forma integral a todos os seres e não buscam reduzi-la ao que é linear, fixo e independente.

O projeto de história nacional do Brasil precisou ser homogêneo, na tentativa de organizar o passado de acordo com interesses nacionalistas de progresso. Nesse sentido, o Instituto Geográfico Brasileiro considerou, desde 1838, a população étnica indígena como "desaparecendo", termo este que é um dos grande implicadores do apagamento histórico e do descaso do senso comum com as etnias nativas. Seguido da primeira fase indianista do romantismo e das teorias raciais da década de 1940, o país constrói a então homogênea imagética do "índio" que protege a floresta, fala "errado", não gosta de trabalhar e não ocupa nenhum espaço social além daquele. Esses são alguns dos eventos que promoveram a retirada do lugar do indígena enquanto sujeito histórico, estabelecendo um cruel não-lugar no passado para esta população.

O audiovisual é uma ferramenta poderosa que consegue romper com as barreiras do senso comum. O cinema, pela sua característica altamente imersiva, tem a capacidade de tocar, de criar empatia e de trazer à tona reflexões mais palpáveis em sala de aula. Além disso, a relação dos povos originários com a tradição oral é bem resolvida com o audiovisual. A pauta identitária, vislumbrada também por outras lutas, sugere que "te amo porque te vejo". É importante ao indígena se ver bem representado nos filmes, visto que estes são produtos sociais que disseminam discursos e atribuem valores à memória coletiva.

Logo, é extremamente importante a criação de longas fidedignos, científicos, acadêmicos, que projetam roteiros narrativos de qualidade. O cinema, enquanto produto cultural, deve ser

⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO, 19 de maio de 1983, p.18

pensado também para a aprendizagem. Os filmes podem ser transformados em material didático quando seguem o propósito do ensino, conforme determinado na Lei 13.006/2014, que acrescenta o §8º ao Art. 26 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional: “A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais” (BRASIL, 2014).

Entretanto, os longas de temática indígena tradicionais brasileiros fogem dessa lógica e caem em uma infeliz estereotipação. Essas delimitações e padronizações acerca do tema configuraram o senso comum brasileiro de forma tão intrínseca que hoje é necessário um projeto educacional responsável para alterar tais eventos. Filmes como “O Guarani” (1996) de Norma Bengell; “Caramuru, a invenção do Brasil” (2001) de Gael Arraes; e até mesmo a animação “Uma História de Amor e Fúria” (2012) de Luiz Bolognesi, no qual os indígenas aparecem no início da colonização e desaparecem conforme a história progride, contribuíram para a desinformação e a criação de uma figura quase que folclórica, que quando não é infantilizada e tratada como “primitiva”, é considerada “atrasada” e bárbara.

Visto que o cinema é um importante material didático defendido por lei, urge a necessidade de melhoria dessa ferramenta de ensino e de filmes fidedignos à realidade dos povos originários.

OPINIÃO CINEMATOGRAFICA

As belas imagens da Amazônia e os takes em primeiro plano dos entrevistados, junto aos áudios do povo Mapuche, garantem a imersão cinematográfica. O documentário foi pensado com sensibilidade por pessoas que entendem ou fazem parte dessa luta. A produção acertou ao apresentar a diversidade e o indígena contemporâneo social, havendo a ruptura do padrão do indígena quase folclórico que aprendemos no ensino básico e reproduzimos em nossos filmes, na história nacional.

Entretanto, o documentário acaba sendo raso, principalmente quando os entrevistados esbanjam frases de efeito e somem da tela. Acredito que seriam mais felizes se o filme tivesse sido o episódio piloto de uma série, onde os próximos exibiriam a vida dos vinte e um entrevistado. A sensação que fica, quando acaba o documentário, é da rede Globo afirmando que “fez sua parte na temática diversidade”. Por fim, o indígena transcende o tempo e não está preso no tempo pretérito. Ele é um ser social e a conscientização disso é o que pode alterar nossa relação com a natureza e

impedir o genocídio de nossos povos originários e de nossa maior riqueza, que é a Amazônia. “É uma orientação que pode ser pensada como mágica, mas, na verdade, é nosso modo de vida. É uma forma de preservar nossa integridade, nossa ligação cósmica. [...] Andamos em constelação” escreve Ailton Krenak (2020). O documentário é importante para iniciar este debate de forma elementar, podendo ser facilmente encontrado de forma gratuita na rede de streaming Globo Play.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI 13.006 de 26 de junho de 2014. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SANCHEZ, Laís Alves. **Ensino de história indígena através do cinema**: uma experiência pedagógica. 1 ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

VALPORTO, Oscar. **Indígenas mostram na TV diversidade dos guardiões da floresta**. #Colabora, 2021. Disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/ods16/indigenas-mostram-na-tv-diversidade-dos-guardioes-da-floresta/>. Acesso em: 21/05/2022.

Enviado em: 10/07/2022
Aceito em: 08/02/2023